



RELAÇÕES INTERÉTNICAS: OS ELEMENTOS CULTURAIS E A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE INDÍGENA TICUNA¹

Autor Márcio Antônio Lourenço Mota²

Co-Autor Dr. José Roberto Linhares de Mattos³

Co-Autora Dra. Sandra Maria Nascimento de Mattos⁴

Co-Autora Dra. Marinete Lourenço Mota⁵

RESUMO: O presente artigo apresenta a importância das relações interétnicas na fronteira do Alto Solimões Brasil, Colômbia e Peru para os Ticuna que vive na comunidade indígena Umariacú em Tabatinga – AM, município sede no Alto Solimões, bem como os elementos culturais que contribuem para a consolidação da identidade do povo. A metodologia pautou-se na abordagem qualitativa por meio da pesquisa de campo. Como resultados destacam-se as relações dos índios Ticuna nesta fronteira com outras nações, a qual se dá por meio da permeabilidade sociocultural, trocas de experiências, considerando também as relações tensas e conflituosas para o estabelecimento dos índios na comunidade.

Palavras-chave: Ticuna, Elementos culturais, Relações interétnicas, Identidade, Tradição cultural.

ABSTRACT: This article presents the importance of interethnic relations on the border of Alto Solimões Brazil, Colombia and Peru for the Ticuna that lives in the Umariacú indigenous community in Tabatinga - AM, the municipality of Alto Solimões, as well as the cultural elements that contribute to the consolidation of identity of the people. The methodology was based on the qualitative approach through field research. As a result, we highlight the relations of the Ticuna Indians in this border with other nations, which occurs through sociocultural permeability, exchange of experiences, also considering the tense and conflicting relations for the establishment of Indians in the community.

Keyword: Ticuna, Cultural elements, Interethnic relations, Identity, Cultural tradition

¹ Artigo retirado do resultado parcial da pesquisa de mestrado.

² Mestrando do Curso de Pós-graduação em Educação Agrícola da UFRRJ. marcio.mota@ifam.edu.br

³ Pós-doutor, professor do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola da UFRRJ. jrlinhares@gmail.com

⁴ Doutora, professora do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola da UFRRJ. smnmattos@gmail.com

⁵ Doutora, professora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. mlmota71@gmail.com

I - INTRODUÇÃO

As relações interétnicas dos Ticunas com outras etnias na fronteira do Alto Solimões se dão de forma harmônica, mas também de interdependência. A prática em etnologia desenvolvida no período de pesquisa, com a instrumentalidade da observação participante, e constante contato com os índios Ticunas, nos possibilitou estabelecer pontos de sua cultura mas com limitações em vários aspectos, ressaltando-se a impossibilidade de apreensão da realidade em sua totalidade. O estudo etnológico é uma vertente da área de conhecimento da antropologia social e cultural, que promove a inserção do pesquisador no campo da pesquisa. Procuramos por intermédio deste trabalho, compreender as formas de organização social do povo Ticuna, sua história, suas produções culturais, sendo este um exercício de suma relevância acerca do objeto de estudo para então contextualizar de forma mais precisa o fenômeno social que envolve a problemática de investigação.

III - A RESISTÊNCIA DO POVO TICUNA E SUAS RELAÇÕES COM OUTRAS ETNIAS: UM BREVE HISTÓRICO

A etnia Ticuna traduz uma realidade histórica de um povo que soube sobreviver aos mais diferentes tipos de massificação, de homogeneização cultural e de extermínio populacional dos mais de 305 (trezentos e cinco)⁶ grupos étnicos registrados na história brasileira a partir do processo de colonização europeu no chamando “Novo Mundo”⁷.

De acordo com Oliveira Filho (2012, p. 18), foram várias formas de dominação dos índios no Alto Solimões, Amazonas. Essas formas foram revestidas da “[...] imposição de interesses, valores e padrões organizativos aos outros componentes da cena política [...]” dos agentes institucionais e organizações em nome da colonização e globalização, assim,

⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36682290>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

⁷ Denominação das terras brasileiras encontradas pelos europeus, em seguida iniciando-se o período de conquistas e domínios de bens capitais disputadas pelos impérios português e espanhol. A ideologia de Novo Mundo, traz consigo, uma interpretação da Amazônia que gera interesses geopolíticos, exploração de riquezas e de disputas econômicas na perspectiva de acúmulo de capital. Sob a ideologia da Amazônia como Novo Mundo, instaura-se um período longo de desconsideração, de aniquilação dos povos tradicionais e suas culturas que já habitavam e dominavam a Amazônia. A esse respeito conferir Neide Gondim (2007).

A instauração regular dessa dominação pressupõe não somente o uso repetido da força, mas também o estabelecimento de diferentes graus de compromisso com os diversos atores existentes, por meio dos quais o grupo dominante passa a articular interesses outros que não os seus próprios, obtendo certa dose de consenso e passando a exercer a dominação em nome de interesses e valores gerais (OLIVEIRA FILHO, 2012, p. 18).

Oliveira Filho (2012) aponta dentre outras formas de dominação sobre os indígenas no Alto Solimões, as missões religiosas, os diretores de índios⁸ e as empresas seringalistas. Essas formas de ordem sociocultural, de organização social para homogeneizar valores culturais e de relações de trabalhos, serviram para estabelecer o índio como escravo, como mão de obra agrícola, doméstica, guias de selva, além de estereotipá-lo como preguiçoso e selvagem.

Para ilustrar o processo de domesticação e colonização, enfatizamos as missões religiosas no Alto Solimões, a qual se propagou com os princípios e valores da catequização dos índios, para então domá-los, uma vez que eram considerados bárbaros. Os missionários eram os líderes das aldeias reunidas em missões, eram os ditadores das normas, regras e bons costumes para se alcançar a salvação da alma.

De forma, que os missionários iam se apropriando dos conhecimentos indígenas submetendo-os “[...] a um regime disciplinado e rigoroso de trabalho, introduzindo entre eles, alguns produtos e técnicas agrícolas por eles desconhecidos” (OLIVEIRA FILHO, 2012, p. 21).

Os diretores, por sua vez, se encarregaram de estabelecer a relação de poder do domínio português. Os diretores de índios, mesmo criado em nome da liberdade da escravidão indígena, veio a reforçar ainda mais a dependência dos índios aos colonizadores, como observou Jobbim (1940, p. 112),

[...] o regime das aldeias introduzido pelo Diretório [...] não foi muito feliz. O aborígene continuava a ser disfarçado de escravo, não mais dos missionários [...] o índio trabalhava para o diretor e para o comum nas aldeias. Às vezes eram entregues a particulares que se serviam deles por longo tempo no amanho das terras, nas viagens e na pesca.

Quanto às empresas seringalistas, vale ressaltar, que os Ticunas enquanto povo não extinto, como outros na região, os menos arredios e mais catequizados se

⁸ Trata-se de uma lei datada do ano de 1758, como política de integração do Vale ao Império Português, compilando dispositivos com a finalidade de regular a liberdade concedida aos índios de uma lei anterior, prevendo estratégias de inserção dos índios na sociedade colonial, marcando o início de uma significativa mudança no referido império. Conferir Coelho (2006).

constituíram como “[...] uma reserva básica de trabalho para as empresas seringalistas” (OLIVEIRA FILHO, 2012, p. 27). Observa-se que mesmo em períodos mais recentes os índios Ticunas continuavam sendo explorados, apropriados, dominados pelos grandes capitais, pois, conforme descreve Oliveira Filho (2012, p. 28),

[...] Ainda hoje, os Ticunas relatam como era hábito serem levados com sua família de um seringal para outro (às vezes bastante distante) pelo seu ‘patrão’, o qual, dessa forma, realocava os recursos humanos de acordo com as suas finalidades do momento; como recurso componente da propriedade, os índios eram transferidos de ‘patrão’ juntamente com a terra e as ‘estradas’ de seringa, o que evidencia como seria reduzida a sua autonomia de deslocamento.

Antes do processo de colonização, havia vários grupos indígenas no Brasil. A presença desses grupos indígenas caracterizava, sobretudo, a riqueza da diversidade sociocultural predominante no tocante as diferenças de tradições culturais.

Nos tempos contemporâneos, existe no Brasil mais de 235 etnias indígenas reconhecidas aproximadamente, as quais falam mais de 180 línguas que ajudam a compor a diversidade sociocultural da população nacional (RICARDO; RICARDO, 2011, p. 7).

A população Ticuna, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010), é estimada em 46.045 indivíduos aproximadamente. O povo Ticuna é considerado o mais numeroso da Amazônia brasileira⁹. Logo, essa informação nos leva a indagação de como os Ticunas conseguiram resistir aos domínios colonizadores e extinção de suas tradições culturais.

A esse questionamento enfatizamos a resistência como um ponto, ou melhor, categoria de análise. Compreendemos, sobretudo, a resistência como a capacidade do povo Ticuna em não sucumbir às formas de opressão e de homogeneização cultural pelas diferentes tentativas de domesticação europeia do índio no Alto Solimões, Amazonas, para a posse e domínio territorial em prol do capital imperial visando as drogas do sertão.

⁹ De acordo com a informação do Instituto Socioambiental – ISA. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

Ressalta-se que os processos de dominação e domesticação dos índios não se deu de forma tão pacífica. A literatura, principalmente a de que trata dos viajantes, escritos de pesquisadores sobre a Amazônia, descrevem e registram diferentes maneiras de resistência.

Conflitos de diferentes ordens foram vivenciados por organizações sociais indígenas. Muitas formas de resistências foram praticadas pelos índios, algumas sem sucesso, outras com sucesso, como por exemplo, fugas, guerras, deslocamentos, suicídios entre outros.

A pesquisa empírica nos mostrou que a ideia de resistência do povo Ticuna está imbricada a uma concepção política de sobrevivência passada de geração a geração. Uma filosofia, ou forma de pensar, que aparentemente é própria desse grupo étnico, mesmo que os jovens indígenas não tenham a clareza a respeito de como seu povo conseguiu superar as dificuldades e adversidades em períodos críticos de lutas no contexto da sociedade brasileira.

Ressalta-se a apreensão de uma das principais formas de resistência política dos Ticunas elucidadas pelos sujeitos no campo de pesquisa: a apropriação da cultura do não índio por meio da educação escolar como um instrumento de desenvolvimento e crescimento do povo. A mesma lógica dos colonizadores europeus. Assim, os Ticunas foram aprendendo a cultura do não índio e não deixando de praticar a sua.

Vejamos o que diz Japó¹⁰ (38 anos, entrevista, fevereiro de 2019):

A educação escolar para o nosso povo é muito importante para poder aprender as coisas do branco, só assim a gente consegue conquistar nossos direitos em nosso país. É, por isso, que nós Ticuna falamos as três línguas dessa fronteira, ou seja, o português, o espanhol e nossa língua materna.

Falar o português e o espanhol para os Ticunas lhes permite o contato mais direto com a cultura do não índio. Falar as línguas dessa região de fronteira que envolve o Brasil, Colômbia e Peru, é a ferramenta principal que permite a comunicação e diálogo, logo as negociações, intercâmbios e compreensões de mundo e de vida nessa realidade social.

A esse pensamento de se apropriar da cultura do não índio, o domínio das línguas pelos Ticunas nessa fronteira do Alto Solimões está intimamente imbricada a

¹⁰ Nome fictício atribuído aos sujeitos da pesquisa para manter suas identidades, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Os nomes dizem respeito aos clãs do povo Ticuna.

origem de criação do mundo na versão e crença desse povo. Logo, a língua Ticuna, materna, é o elo entre o povo Ticuna, mesmo dos que vivem no lado do Peru, Colômbia ou Brasil, logo a língua materna, se configurou como uma arma poderosa de organização e fortalecimento do povo nessa região que se espalha para todo o Amazonas, Brasil quiçá o mundo.

O domínio da língua portuguesa, principalmente no campo da oralidade e da escrita, por parte dos Ticunas, permitiu ao longo da história se relacionar com o não índio e, simultaneamente manter a sua identidade cultural por meio da língua materna, sem se extinguir enquanto grupo. As formas de apropriação dos saberes e conhecimentos da sociedade não indígenas são essenciais para esse povo, levando-os a se reinventar, nos diversos contextos históricos e sociais.

A esse respeito, Oliveira Filho (2012, p. 17) vem corroborar afirmando que os Ticunas “[...] sempre aparecem referidos em situações históricas concretas e distintas, nas quais crenças, costumes e princípios organizativos existem interligados e articulados com determinações e projetos da sociedade nacional”.

E ainda:

A abordagem histórica pretende justamente evidenciar como os indígenas do Amazonas (e, no caso desta análise os Ticunas) correspondem a produtos de um conjunto de sucessivos arranjos e rearranjos sociais, de reelaborações e criações culturais, o que desautoriza a busca de uma especificidade substantiva, resgatada a partir de uma ênfase unilateral na análise de sistemas estáticos e fatores estritamente culturais [...] (OLIVEIRA FILHO, 2012, p. 18).

O domínio da segunda língua, no caso dos Ticunas o português, pressupõe uma política de resistência importante para suas sobrevivências e condições de se apropriar de conhecimentos sociais importantes ao homem na sociedade de qualquer nacionalidade, aqui a brasileira. Essa apropriação de outra cultura, não significa dizer que estão perdendo sua identidade, mas sim, estão reafirmando suas identidades como indígenas e cidadãos brasileiros de direitos.

Essa forma de apropriação do indígena permitiu no campo das políticas, conquistas significativas, principalmente no dos direitos sociais, como por exemplo, direito a terra, saúde, educação entre outros. Assoma-se a isso, o crescimento de organizações por meio de movimentos sociais indígenas, em que os índios brasileiros “[...] como os outros sul-americanos, chegam ao fim do milênio como atores políticos se não poderosos, ao menos visíveis e legítimos” (RAMOS, 1999, p. 2).

Neste espectro a identidade e a cultura não podem ser entendidas como algo estático e singular. É preciso compreendê-las em sentido plural, fluído, sujeito a mudanças e alterações, caracterizando um sentido complexo acerca dessas categorias. Hall (2005) contribui com o conceito amplo, sinalizando que as identidades culturais são híbridas, movidas por constantes mudanças, encontros e desencontros.

Os encontros dos Ticunas com as três nações dessa fronteira é que o definem como Ticunas no Alto Solimões, Amazonas. Vemos então a grande riqueza sociocultural que caracteriza o povo Ticuna.

Dessa forma, o autor reforça que não é possível falarmos de identidade do sujeito, mas sim, que somos constituídos por uma identificação, passível de transformações. Toda identidade é móvel e pode ser redirecionada, sinalizando para a possibilidade de utilização do termo identificação ou processo identitário, na perspectiva de se compreender de forma mais significativa as representações que criam (e recriam), formam (e transformam) as culturas, os sujeitos e seus espaços sociais.

A educação escolar na voz do Ticuna, é uma das ferramentas que o possibilita conhecer o sistema social do não índio, dominar os conhecimentos importantes para o homem manter sua cultura e transformar sua realidade. Pois, para Saviani (1997) a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, que permite compreender sua própria essência e construir, sobremaneira, os saberes importantes para viver em sociedade.

Conhecer a história do povo Ticuna, é adentrar em uma cosmovisão que contém elementos de crenças, valores e mitos peculiares. Compreender o pensamento mitológico Ticuna se faz necessário para entendermos aspectos dos diferentes grupos étnicos do indígena amazônico, neste caso, o Ticuna.

IV - OS ELEMENTOS CULTURAIS TICUNA A PARTIR DA FESTA DA MOÇA NOVA

Todo povo tem suas características e elementos culturais próprios que os distinguem uns dos outros. De acordo com Barth (2000, p. 30) “[...] uma vez que a cultura nada mais é do que uma maneira de descrever o comportamento humano [...] com unidades técnicas que correspondem a cada cultura [...]”, ou seja, com práticas próprias criadas e recriadas pelos grupos sociais.

Neste caso em particular, discorreremos sobre os índios Ticuna como um grupo étnico diferenciado de tradição histórica que, apesar dos problemas vivenciados

em função da relação de contato com os não índios, conseguiram manter viva muitas das suas tradições culturais.

O povo indígena Ticuna é uma sociedade que vivencia modos peculiares de vida. De acordo com Silva (2010, p. 52) “[...] os Tikunas têm uma identidade étnica e cultural singular porque conservam os elementos culturais que os diferenciam de outros grupos sociais. Mas além desses elementos levamos em consideração também sua autodeterminação”. São estas diferenças que os definem como uma sociedade que compõe a sua própria história e a do país.

O povo Ticuna produz culturas diariamente, essas produções culturais podem ser notadas pelas diferentes formas de plantar, colher, caçar, pescar, criar seus filhos, divisão de trabalho, suas festas, músicas e danças, sua língua, culinária, trazendo em seu contexto os traços de sua identidade.

A cultura indígena está arraigada à suas crenças e mitologias preservando elementos simbólicos importantes à existência de cada povo. Para os Ticunas há um deus que os criou (pescou), há uma árvore que formou os rios, uma sopa de jacaré que determinou seus clãs, e a formação de todos os outros povos do planeta.

As tradições culturais Ticuna se espalham em diferentes aspectos de ordem social, cultural, religiosa, econômica e política. Em cada prática cultural Ticuna pode-se perceber um arsenal de saberes de domínio do povo que envolve conhecimentos de várias dimensões, dentre eles, os de cultivo agrícola, de conhecimento sobre animais da floresta e das águas, entre outros.

O ritual da Moça Nova Ticuna é uma das tradições culturais mais importantes para o povo Magüta. O pensamento social do povo tem registrado esse ritual, todos conhecem o ritual mesmo sendo por meio das histórias contadas. Mesmo não sendo realizado com frequência o ritual continua sendo valorizado e considerado pelos indígenas como uma tradição importante para as mulheres e a sociedade indígena, como expressa Japu (55 anos, entrevista, março 2019),

Antigamente a gente fazia muito a festa da moça nova, era muito comum a preparação desse ritual pelas famílias na comunidade. De alguns anos pra cá quase não se tem mais feito essa festa, mas, o ritual é muito importante para nosso povo, pois é, assim que a gente ensina como a mulher Ticuna dever ser, como ela vai cuidar de seus filhos, da sua casa e aí a gente conta como é o ritual para os nossos filhos é por isso, que todos sabem.

Por mais que não se veja concretamente rituais da moça nova, eles se materializam pelo campo do imaginário, a tradição continua sendo transmitida de

geração a geração pelos indígenas através da oralidade. O povo Ticuna é um contador nato de história, e dessa forma se perpetua sua cultura.

Assim enfatizamos o ritual *Worecū*, como um espelho que reflete outras práticas culturais do povo que se apresenta neste ritual, neste caso, as práticas culturais tradicionais que envolvem os saberes do povo acerca da produção agrícola e animal como meios de subsistências relevantes para a discussão acerca do estudo em questão.

A priori ressaltamos o sentido e significado da festa *Worecū*. O ritual é uma prática social indígena que tem como objetivo a iniciação feminina da adolescente ao mundo adulto, uma festa de apresentação à sociedade indígena da menina que se torna mulher, ao sinal da primeira menstruação, apta, a construir sua família e a viver as experiências do mundo adulto.

A esse respeito, Koss (2004, p.73), sinaliza que a menarca para os povos ancestrais era um fato de suma relevância para todo o grupo. O ritual é uma prática sociocultural do povo que tradicionalmente tem a finalidade de auxiliar a menina em sua passagem de condição de criança para o ser mulher.

Para Mattos (2015, p. 28) a festa da Moça Nova “trata-se de um rito de passagem feminino, e consiste na transição da menina de um status social para outro na comunidade Tikuna, após sua menarca”.

V - CONCLUSÃO

As relações étnicas com os não indígenas tornaram-se fundamental para que estes pudessem continuar mantendo viva sua cultura. Para isso, exigiu-se deste povo, resiliência, resistência e adesão a cultura de outros povos, como dominar o português e espanhol nessa fronteira para fortalecimento da sua, tornando-os mais atuante e presente dentro do contexto da emancipação política do Brasil, ainda que isso tenha gerado o desgaste ou perda de alguns elementos da sua cultura.

É claro que o fato de novos valores serem disseminados dentro da sua cultura, adulterou muito a cultura Ticuna. Mas, ainda há traços genuínos e marcantes como a passagem da moça nova, que é genuína dos indígenas Ticunas e hoje sua realização serve para evitar o esquecimento pelas gerações mais novas que não conhecem suas lutas na história para se manter homogenia sua identidade, a qual se mostra até hoje.

REFERÊNCIAS

BARTH, F. (2000). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

COELHO, Mauro Cezar. **O Diretório dos Índios e as chefias indígenas: uma inflexão.** In: Campos 7 (1), 2006, p. 117 – 134.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JOBIM, Manoel Anísio. Panoramas amazônicos: São Paulo de Olivença. Manaus: Imprensa Pública, 1940

KOSS, Monika Von. Rubra força: fluxos do poder feminino. São Paulo: Escrituras, 2004

MATTOS, Raquel Maia. Função simbólica das máscaras inteiriças do ritual tikuna na exposição de longa duração do museu amazônico em Manaus/AM. Dissertação de Mestrado do Instituto de Artes pela Universidade Estadual de Campinas, 2015

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910.** In: Caderno, CRH, v. 25, n. 64, jan/abr 2012, p. 17 – 31.

RAMOS, Alcida Rida. Projetos indígenas no Brasil Independente. In: Colóquio “Antropologias Brasileiras na Viragem do Milênio”. Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE), Lisboa, 15 – 17 de novembro de 1999.

RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. Povos indígenas no Brasil: 2006- 2010. São Paulo: ISA, 2011.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 6ª Edição. Coleção Polemicas do Nosso Tempo. Campinas: Editora Autores Associados, 1997.

SILVA, A. R. (2010). Identidade/diferenças Tikuna e o processo educativo Formal: um olhar através das escolas Ebenezer e Maravilha do município de Benjamin Constant – AM. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, Manaus.